

História das Relações Internacionais desde a América Latina: a contribuição de Aníbal Quijano para o estudo da História das Relações Internacionais¹

Natali Laise Zamboni Hoff

Pós-Graduanda na Especialização em Relações Internacionais Contemporâneas na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)
Natali.hoff@gmail.com

RESUMO

A disciplina de História das Relações Internacionais é constituída a partir de escolhas narrativas marcadamente de caráter eurocêntrico e ocidental, de modo que o estudo da história no campo das relações internacionais acaba por marginalizar abordagens e leituras periféricas a respeito da história. Em vista disso, esse artigo objetiva apresentar como as concepções presentes na obra de Aníbal Quijano podem ser importantes para a compreensão mais aprofundada sobre os processos de formação do mundo moderno, sobretudo versando sobre os conceitos de colonialidade do poder, saber e ser, bem como sobre as relações existentes entre a modernidade e a colonialidade. Para isso, o trabalho está dividido em três seções, sendo que na primeira seção é explorado a constituição da disciplina de História das Relações Internacionais, a segunda seção concentra-se nas principais ideias de Quijano e a terceira versa sobre as contribuições dos estudos realizados pelo autor para um melhor entendimento da história.

Palavras-Chave: Colonialidade, Modernidade, História das Relações Internacionais.

RESUMEN

La disciplina de Historia de las Relaciones Internacionales está hecha de opciones narrativas de marcado carácter eurocéntrico y occidental, por lo que el estudio de la historia en el campo de las relaciones internacionales en última instancia margina a los enfoques y lecturas periféricas sobre los procesos históricos. En vista de ello, el presente trabajo tiene como objetivo presentar cómo los conceptos presentes en la obra de Aníbal Quijano pueden ser importantes para una mejor comprensión de la compleja dinámica de la formación del mundo moderno, especialmente los conceptos colonialidad del poder, saber y el ser, y aún sobre los vínculos entre la modernidad y la colonialidad. Para ello, el trabajo se divide en tres secciones, con la primera sección está explorando el establecimiento de la disciplina de la Historia de las Relaciones Internacionales, la segunda sección se centra en las ideas principales de Quijano y el tercero trata de las contribuciones de los estudios de autor para una mejor comprensión de la historia.

Palabras clave: Colonialidad, Modernidad, Historia de las Relaciones Internacionales.

INTRODUÇÃO

¹ Artigo apresentado no II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina, escrito no Seminário de Pesquisa 4 - História das Relações Internacionais na América Latina.

O presente artigo tem como objetivo elucidar como as concepções decoloniais presentes na obra do autor Aníbal Quijano são essenciais para o estudo da História das Relações Internacionais desde uma perspectiva latino-americana. Considerando que a disciplina de História das Relações Internacionais é constituída majoritariamente por preceitos e perspectivas eurocêntricas, é importante que contribuições como as encontradas no Grupo de autores Latino-Americanos da Modernidade/Colonialidade sejam incluídas no arcabouço de análise da disciplina, possibilitando a incorporação de narrativas periféricas sobre os processos históricos e sociais de conformação do mundo moderno.

O trabalho está amparado nos postulados de Quijano sobre a dicotomia modernidade/colonialidade, na Colonialidade do poder e substancialmente na crítica feita pelo autor à racionalidade eurocêntrica. Entende-se que a luz dessas contribuições podemos entender os fenômenos históricos nas relações internacionais através do olhar “não europeu”. Desta maneira, o artigo buscará entender como o processo de colonização do continente Latino-Americano e a violência ideológica que se estendeu durante todo esse período, e continuou a ser reproduzida mesmo após a falência do sistema colonial, foram fundamentais para a consolidação da modernidade e da racionalidade europeia.

Para isso o artigo está dividido em três seções, sendo que na primeira seção buscaremos apresentar a constituição da disciplina de História das Relações Internacionais, evidenciando como a história e racionalidade europeia são privilegiadas nas escolhas pedagógicas da área. Na segunda parte destacaremos as principais ideias de Aníbal Quijano, sobretudo a respeito da colonialidade do poder, saber e ser. Na última seção discorreremos sobre a importância da inclusão de novas perspectivas no estudo de História das Relações Internacionais para uma melhor compreensão dos processos históricos e da conformação do mundo moderno, expondo como o trabalho de Quijano pode ser utilizado nesse processo, destacando sobretudo, a relevância desses escritos para o entendimento da América Latina.

HISTÓRIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: UM CAMPO DE ESTUDOS EUROPEU?

O curso de Histórias das Relações Internacionais é marcadamente constituído a partir de uma visão europeia acerca do mundo, sendo fortemente influenciado pelas contribuições contidas na obra de Pierre Renouvin e Jean-Baptiste Duroselle, “*Introduction à l’histoire des relations internationales*” (1967) e também pelo livro “*Tout empire périra: théorie des relations internationales*” (1981) de Duroselle (ROCHA, 2013, p.255). Ressaltando que o estudo específico em História das Relações Internacionais surge com o objetivo de renovar a historiografia internacional, visando a redefinição no objeto de estudo e na

metodologia contemplados pela História Diplomática². A partir dessa nova abordagem passou-se a abarcar influências geográficas, sociais, culturais, econômicas e ideológicas, suplantando a visão oficialista contida na História Diplomática. Recusa-se a crença de que existia uma verdade objetiva na história, sendo dessa forma a verdade resultante da interação entre o sujeito (historiador) e o objeto (fatos internacionais), isto é, fruto da interpretação individual a respeito dos acontecimentos analisados.

Com as publicações de Renouvin e Duroseulle se conforma a Escola Francesa³ nas Relações Internacionais, caracterizada por pensadores que buscavam embasamento para a compreensão do internacional através da leitura histórica dos fenômenos, com o objetivo de compreender as relações entre os povos, segundo os problemas da vida internacional, ou seja, para eles a história internacional não poderia ser dissociada da história das civilizações. Buscavam superar as limitações estabelecidas pela História Diplomática, uma vez que esta não havia se mostrado capaz de prever ou explicar as guerras e catástrofes do século XX. (CANESIN, 2008, p.130-131).

Além da influência da Escola Francesa, a Escola Inglesa⁴ também é reconhecida por suas concepções a respeito da historiografia contemporânea nas relações internacionais principalmente em decorrência do trabalho de Martin Wight, Hedley Bull e, fundamentalmente, Adam Watson (SARAIVA, 2006, p.132). Os autores da Escola Inglesa, com o objetivo de ultrapassar o rigor analítico e positivista proposto nas teorias realistas, sem cair no pensamento muitas vezes utópico dos teóricos liberais das relações internacionais, buscaram na historiografia mecanismos para entender a sociedade internacional, reforçando a importância da história para o estudo dos fenômenos internacionais (SARAIVA, 2006, p.134-135). É importante salientar que a história internacional estudada pela Escola Inglesa privilegiava o estudo do Estado nas relações internacionais, a ordem dentro da anarquia internacional e os processos de continuidades no cenário internacional.

Evidentemente essa conformação do estudo da história das relações internacionais desde escolas identificadas com a racionalidade europeia fez com que a Europa e os Estados Unidos fossem postos no centro das análises da disciplina. Nesse contexto, a história das relações internacionais é contada por e desde a Europa, delegando a outras regiões mundiais papel secundário na construção do sistema mundial.

² A História Diplomática concentrava o estudo e interpretação sobre os fatos históricos nas relações oficiais entre os Estados, concedendo protagonismo para os processos de negociação e acordos.

³ Juntamente com a publicação da obra de Renouvin, *Histoire des relations internationales*, na década de 1950, surge uma nova maneira de se interpretar as relações internacionais, embasada em uma abordagem historiográfica, preocupada com a forma como se deu o desenvolvimento das relações internacionais e com os mais variados aspectos da vida em sociedade. É da Escola Francesa, o conceito de Forças Profundas, de Renouvin, que abarcava o conjunto de causalidades através das quais poderiam atuar os homens de Estado. Os principais autores que compõem a Escola são: Pierre Renouvin, Jean-Baptiste Duroselle, Bertrand Badie, René Girault.

⁴ A Escola Inglesa é conhecida pela defesa da Ideia de Sociedade Internacional, apresentando uma visão intermediária entre o realismo e o liberalismo. Foi desenvolvida a partir da década de 1950, fundamentada em pensadores como Thomas Hobbes, Nicolau Maquiavel, Immanuel Kant e Hugo Grotius. Seus principais nomes são Martin Wight, Hedley Bull e Adam Watson.

Admite-se que não se pode ignorar a relevância do continente europeu para a constituição da sociedade internacional, no entanto, marginalizar o papel das regiões periféricas nesses processos, seja essa participação através da subjugação frente às metrópoles ou da resistência à dominação colonial, limitaria as nossas possibilidades de entendimento sobre a realidade vivenciada no passado e estendida até a atualidade. Assim, pode-se perceber que:

(...) existem certas características eurocêntricas da prática historiográfica que foram forjadas em sua formação como disciplina acadêmica. Comentou-se aqui acerca da conhecida associação sobre o nascimento dos Estados Nação na Europa Ocidental e a História no século XIX. Ademais, o caráter positivista desta disciplina, em seu início, tendia a reforçar uma explicação da história mundial provincialista e teleológica, em que a história mundial era reconstruída dos primórdios até o advento da “modernidade”, ou seja, do desenvolvimento capitalista europeu ocidental (BARBOSA, 2008, p.04).

Admitindo então que o *“eurocentrismo, por lo tanto, no es la perspectiva cognitiva de los europeos exclusivamente, o sólo de los dominantes del capitalismo mundial, sino del conjunto de los educados bajo su hegemonia”* (QUIJANO, 2014, p.287), percebe-se que o estudo da história das relações internacionais tem convergido com as narrativas oriundas do centro do capitalismo mundial. Com isso, o recorte pedagógico utilizado na disciplina privilegia a formação do sistema de Estados modernos na Europa e invisibiliza diversos processos ocorridos em outras regiões do globo. O caráter eurocentrado da disciplina converge com as características das Relações internacionais enquanto campo de estudo, já que os paradigmas dominantes na área são pensados e formulados em relação aos países dominantes.

A disciplina de História das Relações Internacionais, assim como a parte da historiografia que se ocupa da “história do mundo” é marcada pelo momento histórico e historiográfico no qual surgiu e se consolidou. Barbara Weinstein destaca que a área da história mundial é considerada atualmente como uma área pedagógica, já que ainda existem poucos historiadores que se identificam e qualificam como pesquisadores da área. A autora ressalta que a proliferação deste tipo de curso se enquadra no momento de intensa globalização do mundo, “(..) porém isto não explica a forma que estes cursos, em geral, estão assumindo” (WEINSTEIN, 2003, p.194). Logo, como pode-se afirmar que

Só é possível entender as dimensões da finalidade pedagógica reconhecendo o que é que estes cursos de história mundial pretendem suplantare não complementar. Este venerável curso tem vários nomes — *Western Civilization, the Rise of the West* — mas, no fundo, tenderia a ser “O Triunfo do Ocidente”. A história mundial, na sua forma paradigmática, não é concebida como uma mera “amplificação” do curso de *Western Civilization*. Sua finalidade é repensar o lugar do Ocidente na narrativa macro-histórica (WEINSTEIN, 2003, p.194).

Ainda nesse mesmo texto Weinstein nos apresenta algumas maneiras através das quais muitos pensadores perpetuam a visão do triunfo ocidental frente a história geral do mundo. Alguns autores, como

Alfred Cosby e David Landes, professores do Texas e Harvard, enaltecem a importância da cultura para o estabelecimento dessas paradigmas. Outros historiadores como Kenneth Pomeranz, negam o papel da cultura nos processos históricos de dominação e ascensão do ocidente e se embasam em métodos da economia política, assumindo que a posição geográfica da Inglaterra foi crucial para o império construído pelo país. (WEINSTEIN, 2003, p.195-196).

Ishita Banerje enaltece que a constituição da disciplina demanda uma constante autorreflexão, uma vez que *“habita en una tensión constitutiva –aquella entre el evento y su narración, en otros términos, entre el “qué ocurrió” y el “qué se dice ocurrió”* (BANERJEE, 2010, p.99). Isto é, a história não é constituída apenas pelos fatos passados, mas principalmente pelas escolhas narrativas a respeito desses fatos. Desta forma, podemos apreender que o estudo da história tal qual o conhecemos é fruto da consolidação da racionalidade europeia, e a maneira como vemos e explicamos o mundo, seja no presente ou no passado, está intrinsecamente relacionada com os processos de subjugação intelectual dos povos não europeus.

Assim, quando nos deparamos com os currículos eurocêntricos de História das Relações Internacionais na América Latina, percebemos como a estruturação das narrativas nessa disciplina são paradoxais. Estudamos e conhecemos mais a história da Europa do que da própria América Latina, nos propomos a superar os imaginários dominantes nas Relações Internacionais, contudo ainda adotamos a construção do saber a partir de uma racionalidade orgânica e eurocêntrica.

Visando a superação disso, na próxima seção apresentaremos as concepções de Aníbal Quijano, importante pensador latino-americano, buscando incluir no arcabouço da história das relações internacionais diferentes elaborações narrativas sobre a consolidação da modernidade.

O PENSAMENTO DECOLONIAL DE ÁNIBAL QUIJANO E A DESCONSTRUÇÃO DA RACIONALIDADE EUROPEIA

A América Latina enquanto um território periférico do sistema-mundo moderno, apresenta historicamente a questão do poder como uma temática fundamental em seus estudos. O pensamento crítico latino-americano sempre buscou compreender como se dá a constituição e quais são as características do poder e do seu exercício em nosso continente. Como destacado por Pablo Quintero, temas como a conquista da América, as nacionalidades, as identidades latino americanas, o desenvolvimento, a dependência e o imperialismo sempre nortearam os debates entre os pensadores do continente, trazendo o poder para o centro das análises sobre a região. Conforme foram se articulando as discussões sobre a modernidade e pós-modernidade nos centros mundiais, na América Latina se observou o desenvolvimento de uma crítica sobre essas problemáticas a partir da questão do poder, sobretudo do poder colonial (QUINTERO, 2010, p.3).

Nesse contexto de discussão e proposições a respeito da experiência colonial e da dependência histórico-estrutural na América Latina, no início da década de 1990 Aníbal Quijano e outros intelectuais latino americanos que compunham o grupo dos Estudos Subalternos Latino Americanos⁵ e posteriormente o Grupo da Modernidade/Colonialidade⁶ ganharam destaque na construção desse debate. É importante salientar que as construções conceituais de Quijano tinham:

[...] como preocupación la elaboración de nuevos conceptos que le permiten dar cuenta de la específica realidad histórico-social latinoamericana, a partir de un cuestionamiento de la perspectiva epistemológica eurocéntrica, en otras palabras, del enfoque cuya característica principal es una concepción dualista y evolucionista de la realidad social (GERMANA, 2010, p.213).

Aníbal Quijano elabora uma nova maneira de se entender e analisar a dominação colonial no continente latino americano, concedendo significativo destaque para a América Latina como o primeiro espaço/tempo na história de um padrão novo de dominação com vocação mundial e sendo ainda, a primeira identidade produzida pela modernidade (QUIJANO, 2005, p.107). Dentre as muitas contribuições de Aníbal Quijano, o desenvolvimento do conceito colonialidade do Poder (1989) recebe destaque, não somente por ter sido amplamente utilizado pelo grupo da Modernidade/Colonialidade e por outros pensadores que se seguiram ao grupo, mas fundamentalmente pela sua capacidade explicativa frente aos desafios para se entender o lugar da América Latina na construção da modernidade.

Luciana Ballestrin diz em seu artigo “América Latina e o giro decolonial” que o conceito cunhado por Quijano é de constatação simples, uma vez que “as relações de colonialidade nas esferas econômica e política não findaram com a destruição do colonialismo” (BALLESTRIN, 2013, p.99). A autora salienta ainda em seu texto que o conceito possui uma dupla pretensão, já que denuncia a continuidade nas maneiras de dominação colonial após as independências políticas latino-americanas através da cultura colonial e das estruturas do sistema-mundo moderno/colonial. Contudo, possui “uma capacidade explicativa que atualiza e contemporiza processos que supostamente teriam sido apagados, assimilados ou superados pela modernidade” (BALLESTRIN, 2013, p.100).

⁵ Na década de 1990, um grupo de intelectuais latino-americanos influenciados pelos processos de redemocratização dos países da região e pelo debate pós-colonial que ganhara espaço nas universidades estadunidenses, fundaram o Grupo Latino-Americano de Estudos Subalternos, que teve como primeiro documento oficial o “Manifesto Inaugural do Grupo Latino-Americano de Estudos Subalternos”, de 1993.

⁶ O Grupo Modernidade/Colonialidade se estruturou a partir de vários seminários, diálogos paralelos e publicações. Em 1998 houve o encontro na Universidad Central de Venezuela reunindo Edgar Landier, Walter Mignolo, Aníbal Quijano, Arturo Escobar, Enrique Dussel e Fernando Coronil. Com base nas discussões desse encontro foi lançado no ano de 2000 a publicação coletiva “*La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales*”, um dos trabalhos mais significativos do grupo (BALLESTRIN, p.97, 2013).

Para que esse novo padrão de dominação, isto é, a dominação europeia sobre as outras regiões do globo, pudesse se consolidar, dois processos históricos convergiram e se associaram na produção do referido anteriormente espaço/tempo na América Latina, sendo esses a codificação das diferenças entre conquistadores e os conquistados amparada na ideia de raça e através da articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, isto é, servidão, escravidão, pequena produção mercantil e reciprocidade e salário, dos seus produtos e recursos em volta do capital e do mercado mundial (QUIJANO, 2005, p.107). Quijano, define em seu artigo “Colonialidad del poder y Clasificación Social” que

La colonialidad es uno de los elementos constitutivos y específicos del patrón mundial de poder capitalista. Se funda en la imposición de una clasificación racial / étnica de la población del mundo como piedra angular de dicho patrón de poder, y opera en cada uno de los planos, ámbitos y dimensiones, materiales y subjetivas, de la existencia cotidiana y a escala social. Se origina y mundializa a partir de América (QUIJANO, 2014, p. 286).

A colonialidade descrita por Quijano, pode ser entendida, como uma outra face da modernidade, isto é, a colonialidade é constitutiva a modernidade e não apenas consequência desta. Quijano ao conceituar a colonialidade refere-se a maneira como se desenvolveram as relações entre centro e periferia no sistema capitalista, enaltecendo o novo padrão de poder mundial estabelecido na América Latina e estendido para o resto do mundo.

Assim, a modernidade europeia se apresenta como o processo crescente de modernização e racionalização das diferentes ordens da vida social, como foi descrito por Quijano:

O fato de que os europeus ocidentais imaginaram ser a culminação de uma trajetória civilizatória desde um estado de natureza, levou-os também a pensar-se como os *modernos* da humanidade e de sua história, isto é, *como o novo e ao mesmo tempo o mais avançado da espécie*. Mas já que ao mesmo tempo atribuíam ao restante da espécie o pertencimento a uma categoria, por natureza, inferior e por isso anterior, isto é, o passado no processo da espécie, os europeus imaginaram também serem não apenas os portadores exclusivos de tal modernidade, mas igualmente seus exclusivos criadores e protagonistas (QUIJANO, 2005, p.111).

A colonialidade então, traduz as relações de dominação estabelecidas entre o “europeu” e o “não europeu” através da ideia de raça, englobando as “diferenças biológicas” entre os dois grupos e subjugando aqueles que não nasceram brancos e europeus. Como assinalado por Quijano, foi com a América Latina que “*el capitalismo se hace mundial, eurocentrado y la colonialidad y la modernidad se instalan, hasta hoy, como los ejes constitutivos de este específico patrón de poder*” (QUIJANO, 2014 p.286,). A colonialidade do poder é o que edifica e sustenta o imaginário de que a Europa é a precursora e detentora da modernidade, legitimando o dito desenvolvimento das sociedades europeias e estabelecendo um pensamento como padrão hegemônico.

Ressaltando que essas relações de dominação não se findam com o fim do sistema colonial, mas assumem novas formas de subjugação. A construção da ideia de raça perpassa pelo tempo do colonialismo e se estende até a atualidade, caracterizando as justificativas para as relações de poder que ainda podem ser observadas (GOLDENTUL, 2012, p.7). A colonialidade é o lado obscuro, mas ao mesmo tempo necessário da modernidade, ambos os processos são indissociáveis e constituem-se simultaneamente.

Quijano salienta que a colonialidade é definida e reproduzida através da construção da ideia de raça, construção essa que acontece pela primeira vez no processo de dominação e colonização da América. Assim, após a consolidação dos impérios coloniais no continente americano, os conquistadores passaram a reproduzir os mesmo mecanismos de classificação social em outras localidades, fundando novas identidades a partir do entendimento da raça. Outro ponto destacado por Quijano é a divisão do trabalho, uma vez que essa passou a ser estabelecida de acordo com a classificação racial. Dessa forma, raça e trabalho estão estruturalmente associados e acabam por reforçar um ao outro, criando assim a divisão racial do trabalho (QUIJANO, 2005, p.108).

A conformação da modernidade e da racionalidade europeia se deu de forma violenta, subjugando aspectos culturais e sociais das civilizações que passavam a dominar. Os povos foram despojados de suas identidades originais e passaram a ser identificados como índios, negros ou orientais. O processo contou com a expropriação das populações colonizadas em detrimento dos interesses e necessidades do centro europeu. Além disso foram reprimidas todas as formas de produção de conhecimento nos territórios conquistados, inferiorizando a produção cultural e científica dessas regiões. Por fim, os indivíduos subjugados à colonização foram obrigados a assimilar e aprender a cultura do dominador, priorizando esse aprendizado como o essencial para se alcançar o que os europeus entendiam como civilidade. Logo, nota-se que a colonização mais do que política e econômica, se converteu em uma dominação das perspectivas cognitivas dos povos conquistados, se referindo ao modo de produzir, outorgar sentido às experiências, sejam elas materiais ou intersubjetivas. A construção dos imaginários passou a estar intrinsecamente relacionada às narrativas vindas da Europa (QUIJANO, 2005:109-110,).

Quijano salienta em seu trabalho, criticando a racionalidade e universalismo europeu, estabelecidos a partir da conquista da América e reproduzidos no resto do mundo, que:

(...) desde ese universo intersubjetivo fue elaborado y formalizado un modo de producir conocimiento que daba cuenta de las necesidades cognitivas del capitalismo: la medición, la cuantificación, la externalización (objetivación) de lo cognoscible respecto del conocedor, para el control de las relaciones de las gentes con la naturaleza, y entre aquellas respecto de ésta, en especial de la propiedad de los recursos de producción. Dentro de esa misma orientación fueron, también, ya formalmente naturalizadas las experiencias, identidades y relaciones históricas de la colonialidad y de la distribución geocultural del poder capitalista mundial. Ese modo de conocimiento fue, por su carácter y por su origen eurocéntrico, denominado racional; fue impuesto y admitido en el conjunto del mundo

capitalista como la única racionalidad válida y como emblema de la modernidade (QUIJANO, 2014, p.287).

A autor, ao dizer isso nos chama atenção para o fato de que as formas de produção e reprodução de conhecimento através das racionalidade europeia nos terem sido impostas desde a colonização como a únicas e verdadeiras. A colonialidade do poder, do saber e do ser continuam a ser é observadas em todas as instâncias das nossas vidas enquanto seres humanos. Somos definidos e definimos ainda a partir da ideia de raça, inaugurada com a chegada dos europeus a América e replicamos um modo de pensar e produzir eurocêntrico. Quijano assinala, que:

La perspectiva eurocéntrica, en cualquiera de sus variantes, implica, pues, un postulado históricamente imposible: que las relaciones entre los elementos de un patrón histórico de poder tienen ya determinadas sus relaciones antes de toda historia. Esto es, como si fueran relaciones definidas previamente en un reino óptico, ahistórico o transhistórico. La modernidad eurocéntrica no parece haber terminado con el ejercicio de secularizar la idea de un Dios providencial. (QUIJANO, 2014, p.291)

Nas Relações Internacionais entendemos e conhecemos o mundo através de uma leitura eurocêntrica, em vista disso, na próxima seção apresentaremos como o trabalho de Aníbal Quijano pode ser utilizado no estudo de História das Relações Internacionais, estabelecendo uma interpretação mais coesa da história de formação do mundo e entendendo de maneira mais aprofundada as relações de poder existentes na atualidade.

COLONIALIDADE DO PODER E A CONTRUÇÃO DAS NARRATIVAS EUROCENTRICAS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Como discorreremos ao longo desse artigo, é possível inferir que o estudo de História nas Relações Internacionais está constituído de maneira eurocêntrica, apresentando programas focados, sobretudo, na formação do sistema de Estados Europeus e nos demais grandes conflitos históricos, envolvendo quase sempre os países centrais no capitalismo mundial. Esse fato acompanha as tendências gerais do campo de estudo das Relações Internacionais, que além de surgir e concentrar a elaboração dos seus paradigmas dominantes nos grandes centros, isto é, Europa e Estados Unidos, também possui suas pesquisas geralmente voltadas para a compreensão das relações entre os países hegemônicos. Apreende-se que as Relações Internacionais são eurocêntricas e positivistas por nascimento e vocação. Isto não é dizer que não existem correntes críticas e que buscam a superação e/ou problematização dos postulados teóricos dominantes na área, mas sim, que estas visões dissonantes das concepções *mainstream* acabam sendo marginalizadas em detrimento de abordagens tradicionais e positivistas.

Deste modo, não é surpresa que o curso de história das relações internacionais seja elaborado a partir de uma perspectiva eurocêntrica e não demonstre um grande enfoque no papel da América Latina e de outros continentes na formação do sistema internacional. Porém, quando analisamos as indicações da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI) na Minuta de Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Relações Internacionais (2013), podemos constatar que inicialmente é incentivada a superação do eurocentrismo na disciplina, como pode ser visto no trecho abaixo:

IV – Conteúdos de História das Relações Internacionais [...]: Para o ensino de História das Relações Internacionais, recomenda-se: a apresentação crítica da construção, evolução e funcionamento do sistema internacional; que se busque superar o eurocentrismo da historiografia tradicional, contemplando o debate sobre as distintas correntes da historiografia, ressaltando suas especificidades e evolução; que se destaque a necessidade de crítica às fontes empregadas pelo analista das Relações Internacionais [...](ABRI, 2013, p.3)

Destarte, na mesma minuta, em um segundo momento são definidos os conteúdos imprescindíveis para a disciplina, sendo estes os conteúdos identificados como prioritários:

Estudo da formação e evolução das relações interestatais, do sistema internacional e da sociedade internacional, por meio da identificação dos acontecimentos históricos relevantes para a conformação do mundo contemporâneo, em uma perspectiva histórica e, simultaneamente, multidisciplinar. Análise da formação dos Estados modernos e de suas relações internacionais, da ordem de Viena às tendências do início do século XXI. Identificação das forças profundas, dos objetivos dos Estados nacionais e do jogo das forças em cada grande contexto histórico. Evolução histórica dos diversos subsistemas regionais. Processos de inclusão e de estabelecimento de prioridades de temas das agendas políticas globais e regionais (ABRI, 2013, p.6-5).

Percebe-se que existe uma contradição nas diretrizes estabelecidas pela ABRI, inicialmente é destacado a relevância de se estudar a história superando o eurocentrismo, contudo, os temas destacados como obrigatórios para a disciplina ainda são conservadores e voltados para as relações interestatais. Em nenhum momento a minuta destaca a importância do estudo da história através de visões periféricas, pelo contrário, o conteúdo indicado nos leva a elaboração de um plano de ensino priorizando uma versão eurocentrada da história e deixando a América Latina como tema secundário para o entendimento das dinâmicas das relações internacionais. A própria referência ao conceito da Escola Francesa de “forças profundas”⁷, cunhado inicialmente por Renouvin e atualizado posteriormente por Duroselle, remete a uma

⁷ Forças profundas seriam o conjunto de causalidades, como foi atualizado mais tarde por Duroselle em sua obra *Todo Império Perecerá*, sobre as quais atuavam os homens de Estado, em seus desígnios e cálculos estratégicos. (CANESIN, 2008).

construção da disciplina amparada na racionalidade europeia, limitando em certa medida a reestruturação da disciplina com referência em autores latino americanos.

Enfatizando que a América Latina tem produzido interpretações alternativas para o estudo na área que precisam ser consideradas e incorporadas com maior frequência na História das Relações Internacionais. Quijano, como já foi descrito nesse trabalho, construiu a partir da história de dominação e subjugação do continente latino americano, a sua interpretação sobre a modernidade e a colonialidade. A partir das ideias e análises do autor é possível extrair como se deu o processo de colonização na América e suas consequências para a consolidação de um novo tipo de poder no mundo.

O autor se utiliza de dados históricos para apresentar a sua visão sobre a relação complexa e paradoxal entre a modernidade e a colonialidade, destacando como a racionalidade europeia nos foi imposta através de uma processo violento de conquista e submissão dos nossos povos e saberes originários. Quijano sublinha que com *“la conquista de las sociedades y las culturas que habitaban lo que hoy es nombrado como America Latina, comenza la formaci6n de un orden mundial que culmina, 500 años después, en un poder global que articula el planeta”* (QUIJANO, 1992, p.11). Isto é,

Com a América inicia-se, assim, todo um universo de novas relações materiais e intersubjetivas. É pertinente, por tudo isso, admitir que o conceito de modernidade não se refere somente ao que ocorre com a subjetividade, não obstante toda a tremenda importância desse processo, seja pela emergência do ego individual, ou de um novo universo de relações intersubjetivas entre os indivíduos e entre os povos integrados ou que se integram no novo sistema-mundo e seu específico padrão de poder mundial (QUIJANO, 2005, p.114).

Apreende-se através da leitura do trecho acima citado que a conquista da América representou o marco inicial de um novo sistema mundial, integrando os povos por meio de relações de poder embasadas na ideia de raça. Assim, a colonização da América Latina possibilitou e amparou o desenvolvimento e fortalecimento dos Estados europeus, de modo que esses viessem a estabelecer impérios ao redor do globo. A modernidade não pode ser entendida como um processo separado da colonização da América e da colonialidade do poder estabelecida em consequência dessa.

Em vista disso, o estudo da história das Relações Internacionais, que está sempre muito focado na formação dos Estados Nacionais e nos grandes eventos históricos, quase sempre relacionados aos países centrais, não deveria excluir do seu arcabouço de análise a importância das regiões periféricas para a consolidação desses processos. Bem como, mais do que superar a visão eurocêntrica da história do mundo, se deve buscar também uma compreensão das relações sociais estabelecidas e reproduzidas a partir da colonialidade, fugindo das análises estadocêntricas tradicionais. Como assinalado por Quijano,

[...] la estructura colonial de poder produjo las discriminaciones sociales que posteriormente fueron codificadas como "raciales", "étnicas", "antropológicas" o nacionales", según los momentos, los agentes y las poblaciones implicadas. Esas construcciones intersubjetivas, producto de la dominación colonial por parte de los europeos, fueron inclusive asumidas como categorías (de pretensión "científica" y "objetiva") de significación ahistórica, es decir como fenómenos naturales y no de la historia del poder (QUIJANO, p.12, 1992).

Compreende-se a partir do trecho acima que a maneira como estudamos a história das relações internacionais nos leva a entender que os processos se deram de maneira orgânica e evolucionista, e que a modernidade não passa de uma etapa mais elevada do desenvolvimento. No entanto, assumir essas narrativas como verdadeiras e únicas nos leva a ignorar as múltiplas relações de poder e dominação que estão contidas na formação do mundo moderno. Ao se priorizar as temáticas europeias e norte-americanas como mais importantes para a compreensão da relações internacionais, legitima-se o posicionamento marginal das demais regiões do mundo, enfatizando a manutenção dessas relações de poder e da violência estrutural. Podemos observar, que

En efecto, si se observan las líneas principales de la explotación y de la dominación social a escala global, las líneas matrices del poder mundial actual, su distribución de recursos y de trabajo entre la población del mundo, es imposible no ver que la vasta mayoría de los explotados, de los dominados, de los discriminados, son exactamente los miembros de las "razas", de las "etnias", o de las "naciones" en que fueron categorizadas las poblaciones coionizadas, en el proceso de formación de ese poder mundial, desde la conquista de América en adelante (QUIJANO, 1992, p.12).

Desta maneira, não deveríamos estudar o desenvolvimento das relações internacionais sem levar em consideração as relações de poder descritas por Quijano, que culminaram na divisão social do mundo e categorização dos indivíduos em torno da ideia de raça. O surgimento dos Estados Nacionais pode ter se dado na Europa Ocidental, no entanto, é inegável que os processos de colonização, não só na América Latina, como na África e Ásia, foram fundamentais para a consolidação desse sistema de Estados e para o caráter que as relações entre estes assumiram após o estabelecimento dos impérios além mar.

CONCLUSÃO

Ao longo desse trabalho destacamos a formação eurocêntrica na disciplina de História das Relações Internacionais, de modo que se observa a priorização do estudo dos processos históricos localizados no continente europeu e posteriormente nos Estados Unidos, marginalizando a importâncias das outras regiões do globo na construção e consolidação do Sistema de Estados Nacionais de Vestefália. Essa tendência nas análises sobre a história das relações internacionais vai de encontro com o surgimento e institucionalização da disciplina, que possui ligação com o trabalho de Renouvin e Duroselle na Escola Francesa, de modo que a disciplina já nasce atrelada a uma visão eurocêntrica sobre a história.

Constatando esse caráter eurocêntrico nas narrativas a respeito da história das relações internacionais, é importante que busquemos abordagens periféricas e muitas vezes marginalizadas para que possamos ampliar e aprofundar a compreensão das dinâmicas e processos históricos que constituíram o mundo moderno. Dessa forma, a leitura de Aníbal Quijano sobre a colonização da América e sobre os mecanismos de dominação que foram extraídos dela é uma importante ferramenta para o estudo da história desde uma perspectiva latino americana.

Trata-se de um trabalho reflexivo que procure desconstruir o paradigma da racionalidade europeia, que nos impõe a sua maneira de produzir e reproduzir conhecimento. Estudar a história das relações internacionais desde a América Latina é uma forma de assumir a relevância do continente para consolidação da modernidade europeia e não no enxergar apenas como derivadas dela. Quando Quijano ressalta que a modernidade e a colonialidade são processos simultâneos e em certa medida dependentes, percebe-se que a história da Europa e do estabelecimento do seu domínio, seja material, ideológico ou social, está relacionada com a expropriação do continente latino americanos.

Entendemos que resgatar o fato de que a América Latina é o continente fundacional do colonialismo, logo, da modernidade, é também resgatar uma parte da história que é suplantada pelas meta narrativas eurocêntricas. O continente latino americano foi o primeiro espaço de aplicação para o racismo a serviço do colonialismo, legitimando o tripé da colonialidade do poder, do saber e do ser.

Criticar a racionalidade europeia é buscar a superação da dominação intelectual estabelecida pela colonialidade. Sabendo que toda teoria possui mais do que um papel explicativo, como também a função de elaborar normativas e fixar visões de mundo. Assim, as perspectivas tradicionalistas da história têm servido para reproduzir as relações de colonialidade do poder. Portanto, é de suma importância que revisitemos os nossos programas de histórias das relações internacionais, com o objetivo de estabelecer abordagens latino-americanistas, fortalecendo assim a criação de narrativas sobre a história mais inclusivas e aprofundadas sobre a natureza das relações internacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRI. Minuta das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Relações Internacionais. Divulgada em: 23/07/2013. Disponível em: http://www.abri.org.br/informativo/view?TIPO=13&ID_INFORMATIVO=139. Acesso em: 02/10/2016.

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. Revista Brasileira de Ciência Política. Brasília, vol.1, nº11maio - agosto de 2013, pp. 89-117.

BANERJEE, I. Historia, Historiografia e Estudios Subalternos. Revista de Historia Internacional. São Paulo, vol. 11, n.41, p.99-118. 2010

CANESIN, C. H. A ordem e as forças profundas na Escola Inglesa de Relações Internacionais – em busca de uma possível francofonia. Revista Brasileira de Política Internacional. Vol.51, n.1, p.123-136. 2008.

GERMANA, César. Una Epistemología Otra: el proyecto de Aníbal Quijano. Nómadas (Col), núm. 32, abril, 2010, pp. 211-221. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=105114733014>. Acesso em: 10/10/2016.

GOLDENTUL, A. E. Aportes, ideas y problemas en Aníbal Quijano y Orlando Fals Borda: una lectura posible desde la descolonización del saber. VII Jornadas de Sociología-UNLP. La Plata, 5 al 7 de diciembre de 2012. Disponível em: <http://jornadassociologia.fahce.unlp.edu.ar> – ISSN 2250-8465. Acesso em: 07/10/2016.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, A. Por uma razão decolonial: Desafios ético-político-epistemológicos à cosmovisão moderna. Dossiê: Diálogos do Sul. Civitas, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 66-80. 2014.

QUIJANO, A. "Colonialidad y Modernidad-razionalidad". In: BONILLO, Heraclio (comp.). Los conquistados. Bogotá: Tercer Mundo Ediciones; FLACSO. p. 437-449. 1992.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder y clasificación social. In: Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder. Org: Aníbal Quijano. CLACSO. 1a ed. Buenos Aires. p.286-327. 2014

QUIJANO, Al. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: Perspectivas latino americanas. p.107-130. Colección Sur Sur, CLACSO, Buenos Aires, Argentina, 2005

QUINTERO, P. Notas sobre la Teoría de la Colonialidad del Poder y la Estructuración de la Sociedad en América Latina. Papeles de Trabajo nº19, 2010.

ROCHA, A. L. M. Robert Frank e a História das Relações Internacionais: Balanço e Manifesto. Revista Tempo. Vol. 19, n.35, p.255-260. 2013.

SARAIVA, J. F. S. Revisitando a Escola Inglesa. Revista Brasileira de Política Internacional. Vol.49, n.1, p.131-138. 2006.

WEINSTEIN, B. História sem causa? A nova História Cultural, a grande narrativa e o dilema pós-colonial. História. São Paulo, v. 22, n. 2, pp. 185-210, 2003.